

# INTEGRAÇÃO ELETROSUL/ CGTEE



**Comissão de Serviços de Infraestrutura  
Senado Federal  
Audiência Pública**



Brasília, 26.09.2019<sup>1</sup>

Esta apresentação pode conter **estimativas e projeções** que **não são declarações de fatos ocorridos no passado** mas refletem **crenças e expectativas de nossa administração** e podem constituir estimativas e projeções sobre **eventos futuros** de acordo com Seção 27A do Securities Act de 1933, conforme alterado, e Seção 21E do Securities and Exchange Act de 1934, conforme alterado.

As palavras “acredita”, “poderá”, “pode”, “estima”, “continua”, “antecipa”, “pretende”, “espera” e similares têm por objetivo identificar **estimativas que necessariamente envolvem riscos e incertezas, conhecidos ou não.**

**Riscos e incertezas** conhecidos incluem, mas não se limitam a: **condições econômicas, regulatórias, políticas e comerciais** gerais no Brasil e no exterior, **variações nas taxas de juros, inflação e valor do Real, mudanças nos volumes e padrão de uso de energia elétrica** pelo consumidor,

**condições competitivas,** nosso nível de **endividamento,** a possibilidade de recebermos **pagamentos relacionados a nossos recebíveis, mudanças nos níveis de chuvas e de água** nos reservatórios usados para operar nossas hidrelétricas, nossos **planos de financiamento e investimento de capital, regulamentações governamentais** existentes e futuras, e outros riscos descritos em nosso relatório anual e outros documentos registrados perante CVM e SEC.

**Estimativas e projeções referem-se apenas à data em que foram expressas** e não assumimos **nenhuma obrigação de atualizar quaisquer dessas estimativas ou projeções** em razão da ocorrência de nova informação ou eventos futuros. Os resultados futuros das operações e iniciativas das Companhias podem diferir das expectativas atuais e **o investidor não deve se basear exclusivamente nas informações aqui contidas.**

Este material contém **cálculos que podem não refletir resultados precisos devido a arredondamentos realizados.**

# Integração Eletrosul / CGTEE

## Por que Integrar as empresas Eletrosul e CGTEE?

- **Grupo Eletrobras** registrou um **prejuízo acumulado de R\$ 31,2 bilhões** entre 2012 e 2015;
- **Risco de Deslistagem** na Bolsa de Nova York (**NYSE**);
- **Eletrosul** apresentou, neste mesmo período, **alto nível de endividamento** - Dívida Líquida/Ebitda na ordem de 9x, sendo que o nível aceito pelo mercado financeiro é da ordem de 2,5x, o que limita a captação de recursos para expansão;
- **Operação faz parte do Plano Estratégico 2015-2030**, no contexto de **unificação** das operações do Grupo Eletrobras na **Região Sul** para redução de custos e obtenção de sinergias;

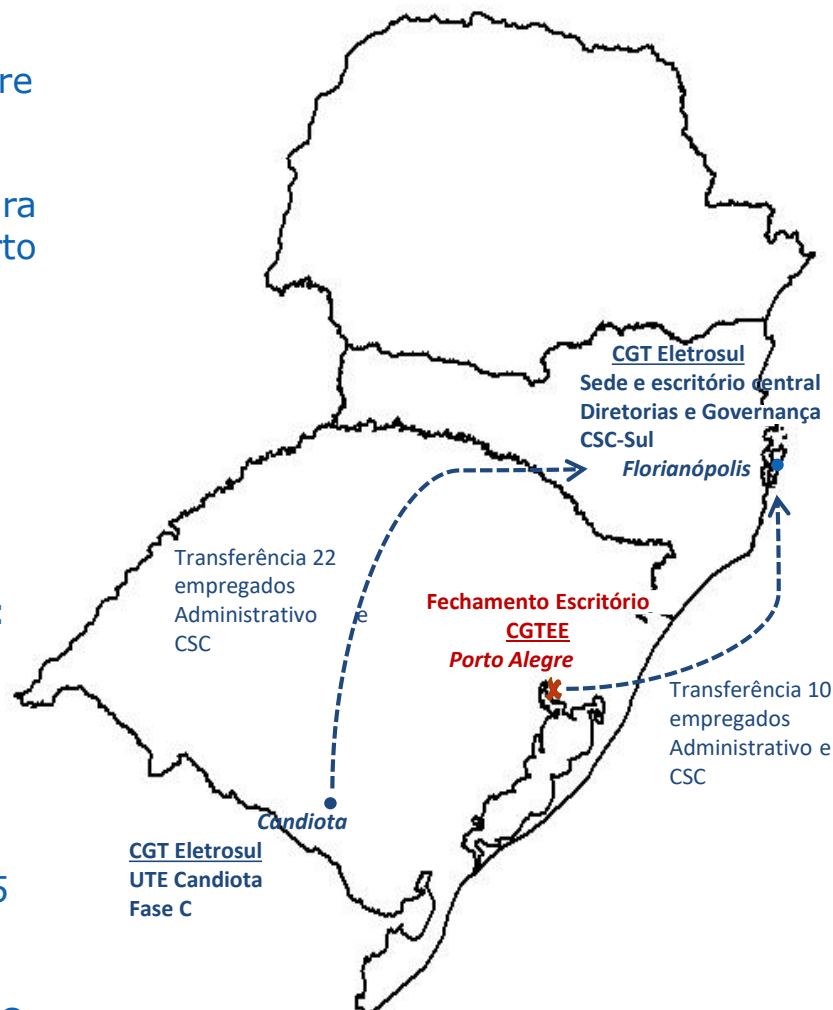


# Integração Eletrosul / CGTEE

**Desde 2016 estamos planejando a operação. Destacamos as seguintes ações:**

- **CGTEE:** Fechamento das Fases A e B de Candiota entre 2016 e 2018.
- **CGTEE:** Transferência da Sede de Porto Alegre para Candiota em 2017, e fechamento do escritório de Porto Alegre em 2019.
- **Diretorias CGTEE:** nomeação de empregados e ex-Diretor da Eletrosul:
  - Presidência: 2016 - 2019
  - Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira: desde 2017
  - Presidente único para as 2 empresas: julho de 2019
- **Redução de quadro de pessoal efetivo:**
  - CGTEE: de 621 a 337 entre 2015 e 2019 (-46%)
  - Eletrosul: de 1312 a 1069 entre 2015 e 2019 (-19%)

- **Estruturação do Centro de Serviço Compartilhado Sul (CSC-Sul) em Florianópolis em maio/2018.**





# Integração Eletrosul/CGTEE

## Ganhos/ Sinergias



O processo de incorporação abará os ganhos operacionais, de gestão, tributários e econômicos, gerando uma empresa de energia elétrica consolidada na região Sul e trazendo por sua vez impactos mínimos aos *stakeholders* da CGTEE e Eletrosul.



Nome

A **ELETROBRAS CGT Eletrosul** manterá em seu nome referências às duas empresas, abrangendo a força de marca da Eletrosul bem como sua presença e imagem em Santa Catarina.



Pessoal

Todo o quadro de funcionários das empresas e seus respectivos **direitos serão mantidos**, sem demissões, com manutenção dos planos de saúde.



Tributos

**Os tributos pagos aos governos estaduais e municipais não sofrerão alterações**, sendo as mudanças aplicáveis apenas aos **tributos federais** por conta do **aumento da base de cálculo dos tributos sobre lucros**.



Sede

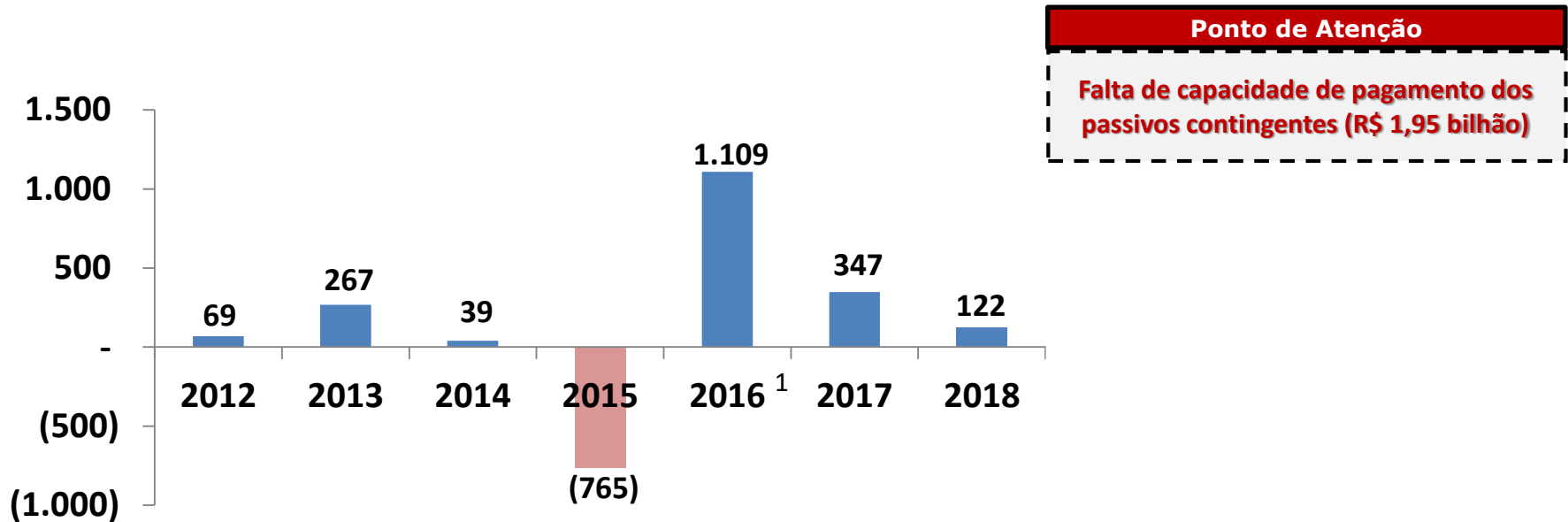
A sede da CGT Eletrosul será em **Florianópolis** no atual prédio da Eletrosul.



Candiota III

O sucesso do *overhaul* e a previsão de receita permitem a **viabilidade econômica de Candiota III**.

### Resultado da Eletrosul – Lucro e Prejuízo – Realizado e Projetado - R\$ milhões



**Revisão Tarifária no Contrato Prorrogado (MP579/2012)** – redução de RAP de R\$ 300 milhões/ano, que representa 54% do principal contrato de concessão de transmissão (057/2001), com efeitos a partir de julho/2019

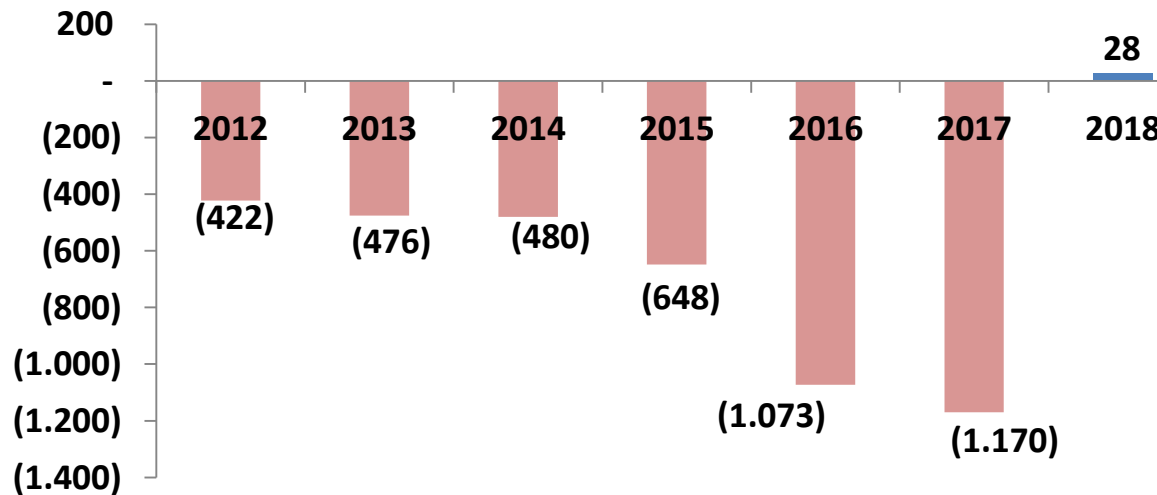
**Fim do recebimento da Indenização da RBSE em 2025**

**Caducidade do Contrato de Concessão 001/2015** (Lote A – investimentos no RS), com provável aplicação de multas de até R\$ 365 milhões

**Efeito negativo do GSF** sobre geração de caixa (corporativos e SPE) – Efeito em 2019: R\$ 154 milhões

<sup>1</sup> Em 2016 registrou-se o reconhecimento da Indenização da RBSE, no valor de R\$ 1.053 milhões

### Resultado da **CGTEE** – Lucro e Prejuízo – Realizado e Projetado- R\$ milhões



**Prejuízos entre 2012 - 2017**, resultantes de déficit operacional e dívida crescente junto à Eletrobras

**Prejuízo Fiscal Acumulado de R\$ 4,5 bilhões**

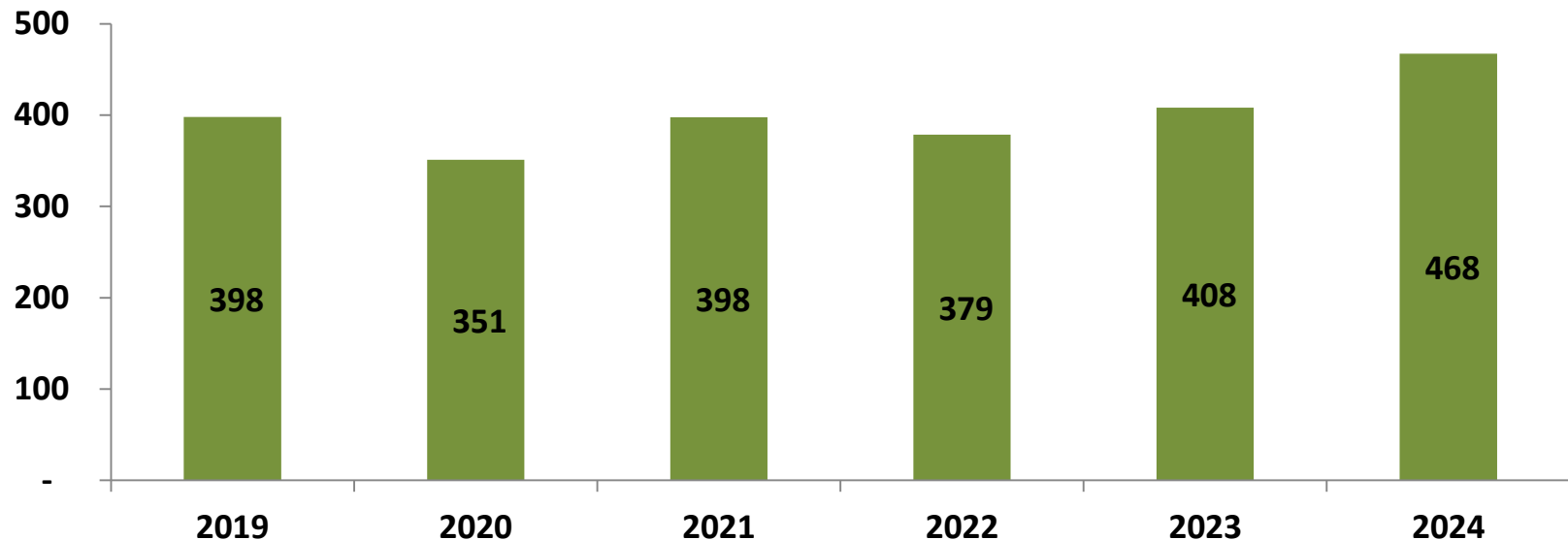
**Crédito Fiscal a ser aproveitado de R\$ 1,5 bilhão**

Realizada grande manutenção (overhaul), com **recuperação da capacidade operacional partir de março/2019**, com investimento de R\$ 392 milhões

Intenção de **capitalização da Dívida** com a Eletrobras, no valor de **R\$ 4,4 bilhões**.

O conjunto de decisões tomadas a partir de 2016 aponta para **resultados em 2019 após a incorporação, superiores que a soma dos resultados individuais**

**Projeção Lucro da ELETROBRAS CGT ELETROSUL - R\$ milhões**





**A integração proporcionará diversas vantagens, destacando:**

- ✓ **20% de Redução de Custos Operacionais e Administrativos**
- ✓ **15% de Aumento na Geração de Caixa**
- ✓ **24% de Aumento do Lucro Líquido**
- ✓ **Comercialização Integrada**
- ✓ **Otimização de Processos**
- ✓ **Melhor acesso a financiamento**
- ✓ **Eficiência Operacional**

**A integração entre a Eletrosul e a CGTEE resultará em uma empresa sustentável e mais competitiva com padrão de excelência em geração e transmissão de energia, cuja receita líquida corresponderia a **308ª** posição **no ranking das 500 maiores** empresas do Brasil de 2019 da Revista Exame (a Eletrosul isoladamente, ocupa a **365ª** posição no ranking).**



### Parecer Jurídico Administrativo



### Parecer Jurídico Tributário

#### Descrição

**Parecer elaborado em 13.03.2018 por Gustavo Binenbojm** acerca dos aspectos jurídicos da incorporação, com o objetivo de avaliar a viabilidade e apontar as normas e procedimentos necessários à incorporação.

**Pareceres concluídos em 22.06.2018 e 14.06.2019 pelo advogado Paulo de Barros Carvalho,** tratando da análise da licitude e viabilidade da operação e seus efeitos tributários.

#### Resultados e conclusões

**Foi concluído que a decisão por parte das empresas sobre a incorporação é o suficiente, sem a necessidade de ato normativo pelo Poder Público.**

**Foi atestada a viabilidade da operação de incorporação, bem como o aproveitamento de créditos tributários resultantes dos prejuízos fiscais da CGTEE.**

### Documentação gerada para a operação:

- [1.DEL 212 2017](#)
- [2.extrato da ata 785 CAE](#)
- [3.Nota Técnica - Reestruturação Societária CGTEE;](#)
- [4.PARECER ADMINISTRATIVO - GUSTAVO BINENBOJM;](#)
- [5.Sumário Executivo do Parecer Jurídico Tributário – PAULO DE BARROS CARVALHO](#)
- [6.ATA 442ª RCA - REGISTRADA](#)
- [7.PRD CDF-0007 2019](#)
- [8.Análise Jurídica - PRD CDF-0007 2019](#)
- [9.RD-1835-10](#)
- [10.0.Eletrabras - protocolo e Justificação](#)
- [10.1.Eletrabras - Protocolo e Justificação - Quadro Comparativo](#)
- [10.2.Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis ESUL - Assinado](#)
- [10.3.Convenio de adesão Elos](#)
- [10.4.Estatuto CGT Eletrosul](#)
- [10.5.Certidão RCAE 057 - Capitalização CGTEE e Incorporação Eletrosul-CGTEE](#)
- [11.DCA 451-01](#)
- [12.Parecer CF](#)
- [13.RES 390 2019 - mudança da sede - assinada](#)
- [14.ADENDO AO PARECER TRIBUTÁRIO - PAULO DE BARROS CARVALHO.002](#)
- [15.PRD DF-0001 2019](#)
- [16.Análise Jurídica - PRD DF-0001 2019](#)
- [17.RD-1846-01](#)
- [18.APRESENTAÇÃO CAE- Protocolo de incorporação - mudança de sede - 19.06.2019.002](#)
- [19.Certidão RCAE 064 - Sede CGT Eletrosul - incorporação CGTEE](#)
- [20.Estatuto CGT Eletrosul\\_v4-mudança Sede](#)
- [21.DCA 454-01](#)
- [22.Parecer Conselho Fiscal Eletrosul](#)
- [23.Certidões CRC Impacto e Silveira](#)
- [24.Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis ESUL - Assinado](#)
- [25.OFÍCIO SEI 199-2019-SEST-ME - Incorporação Esul pela CGTEE](#)
- [26.Estatuto Proposto x CGTEE Incorporação \(Após revisão SEST\).002](#)
- [27.Estatuto CGT Eletrosul vSEST.002.](#)

**Toda documentação da operação foi analisada pelos seguintes Órgãos / Instituições:**

- **Ministério de Minas e Energia – MME;**
- **Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST;**
- **Secretaria do Tesouro Nacional – STN;**
- **Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN;**
- **Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.**

**Todos os Órgãos de Governo e a ANEEL deram anuência a operação de Integração.**

### PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO:

**Conceito:** Realização de condutas lícitas, dentro do ambiente dos dispositivos legais vigentes, buscando identificar a forma mais econômica de organizar negócios e estruturar sociedades.

**Elisão Fiscal** – Efeitos decorrentes da adoção de **condutas lícitas**, em conformidade com a legislação, que permitam a organização de negócios e a estruturação de sociedades de forma mais econômica = **INCORPORAÇÃO**.

**Evasão Tributária** - Efeito decorrente de **condutas ilícitas** cujo resultado é a redução da carga tributária. Uma vez ocorrido o fato gerador qualquer ato praticado pelo sujeito passivo com o intuito de evadir-se do cumprimento da obrigação tributária será considerado evasão fiscal = **FRAUDE = SIMULAÇÃO**.

### **Incorporação às Aversas**

**Acórdão n.º 107-07.596 (30/03/2004)**

**Mantido pela CSRF – Ac. N.º 01-05.413 (30/03/2006)**

"INCORPORAÇÃO ÀS AVESSAS - GLOSA DE PREJUÍZOS - IMPROCEDÊNCIA. A denominada "incorporação às avessas", não proibida pelo ordenamento, realizada entre empresas operativas e que sempre estiveram sob controle comum, não pode ser tipificada como operação simulada ou abusiva, mormente quando, a par da inegável intenção de não perda de prejuízos fiscais acumulados, teve por escopo a busca de melhor eficiência das operações entre ambas praticadas."

#### **Aspectos relevantes:**

- ✓ **Legalidade da operação**
- ✓ **Dotada de propósito negocial: reorganização estrutural**
- ✓ **Submissão aos efeitos do negócio**



## Planejamento Tributário e Propósito Negocial

Acórdão n.º 1401-002.835 (15/08/2018)

Acórdãos com Fundamentos:	n.º 1201-002.278 (15/06/2018)
Técnicos Semelhantes	n.º 1201-001.507 (14/09/2016)
	n.º 1201-001.267 (19/01/2016)
	n.º 1101-000.835 (04/12/2012)

"PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO. MOTIVO DO NEGÓCIO. CONTEÚDO ECONÔMICO. PROPÓSITO NEGOCIAL. LICITUDE.

Não existe regra federal ou nacional que considere negócio jurídico inexistente ou sem efeito se o motivo de sua prática foi apenas economia tributária. Não tem amparo no sistema jurídico a tese de que negócios motivados por economia fiscal não teriam "conteúdo econômico" ou "propósito negocial" e poderiam ser desconsiderados pela fiscalização. O lançamento deve ser feito nos termos da lei."

### Aspectos relevantes:

- ✓ **Legalidade da operação**
- ✓ **Ausência de Fraude, Dolo ou Simulação**
- ✓ **Dotada de propósito negocial, razões extra tributárias**

**Diante do princípio da legalidade, orientador do direito tributário brasileiro, **será lícita toda conduta que busque a economia de impostos, desde que não vedada pelo legislador.****

### SIMULAÇÃO:

*Art. 167 (CCB). É nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.*

*§ 1º Haverá simulação nos negócios jurídicos quando:*

*I - aparentarem conferir ou transmitir direitos a pessoas diversas daquelas às quais realmente se conferem, ou transmitem;*

*II - contiverem declaração, confissão, condição ou cláusula não verdadeira;*

*III - os instrumentos particulares forem antedatados, ou pós-datados.*

**Com base no conceito legal, a operação de incorporação da Eletrosul pela CGTEE não se qualifica em nenhum dos incisos do artigo 167 do CCB, portanto não se configura como simulação.**

### SONEGAÇÃO, FRAUDE e CONLUÍO:

*Art . 71 (Lei 4.502). Sonegação é toda ação ou omissão dolosa tendente a impedir ou retardar, total ou parcialmente, o conhecimento por parte da autoridade fazendária:*

*I - da ocorrência do fato gerador da obrigação tributária principal, sua natureza ou circunstâncias materiais;*

*II - das condições pessoais de contribuinte, suscetíveis de afetar a obrigação tributária principal ou o crédito tributário correspondente.*

*Art . 72. Fraude é toda ação ou omissão dolosa tendente a impedir ou retardar, total ou parcialmente, a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária principal, ou a excluir ou modificar as suas características essenciais, de modo a reduzir o montante do imposto devido a evitar ou diferir o seu pagamento.*

*Art . 73. Conluio é o ajuste doloso entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas, visando qualquer dos efeitos referidos nos arts. 71 e 72.*

**Com base no conceito legal, a operação de incorporação da Eletrosul pela CGTEE não se qualifica em nenhum dos artigos da Lei 4.502, portanto não se configura como sonegação, fraude ou conluio.**

# Integração Eletrosul CGTEE

**Porque CGTEE deve incorporar a Eletrosul e não o contrário?**

**Perda dos Créditos Tributários de R\$ 1,5 bilhão, podendo acarretar penalidades aos gestores pela não observância do dever de fidúcia.**



